

O Brasil está no centro do mundo

O IBGE e seus servidores precisam estar no orçamento

Vivemos em um período da história caracterizado como “era da informação”. Este novo paradigma técnico-econômico compreende transformações sociais, entre elas técnicas e organizacionais, que têm como “fator chave” a informação, a grande disponibilidade delas é resultado dos avanços das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Entretanto, além da redução impactante dos custos de produção e da ampliação da velocidade de transmissão, a característica essencial da informação é a confiabilidade. Essa característica é conferida aos órgãos oficiais de produção de estatística, na medida em que estes compõem a estrutura do Estado, estando pautados por um conjunto de princípios que norteiam a sua atuação, tais como independência, autonomia, transparência, publicidade, comparabilidade internacional entre outros.

Além de caráter científico, o IBGE produz dados para o interesse público que possui usuários em toda sociedade, entre eles: academia, organizações não governamentais, empresas nos mais diversos ramos da sociedade e, principalmente, o Estado utiliza as informações produzidas pelo órgão para gestão de políticas públicas. Assim, as informações produzidas pelo IBGE, como elementos estruturadores de políticas públicas nas diferentes fases (diagnóstico, monitoramento e avaliação de impactos), precisam se adequar em termos de diversidade temática e acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade.

As informações produzidas pelo IBGE, revelaram no passado e continuam demonstrando no presente, que o Brasil é um país desigual em várias dimensões, em termos de renda, sexo, cor ou raça, região e em termos digitais. E, para a constituição de todos os brasileiros como cidadãos, o país necessita da garantia de informações públicas, relevantes, tempestivas, de fácil acesso e com credibilidade. Em tempos de fake news, a garantia dessas informações fidedignas é um dever importante do Estado.

O IBGE que o Brasil precisa é aquele com condições materiais para atendimento das demandas da sociedade, que são crescentes e requerem cada vez mais detalhamento notadamente no âmbito territorial. Apesar do seu desempenho e do seu papel estratégico, o IBGE sofre com a imposição de limites à sua capacidade de produção, ao mesmo tempo em que se ampliam as demandas e os desafios de retratar a realidade brasileira. O rompimento desses limites se dará, em parte, pela imperiosa revogação da Emenda Constitucional 95, que limita os gastos públicos por 20 anos, impondo uma situação de asfixia aos serviços e aos servidores públicos. Queremos, dos parlamentares eleitos, um compromisso com o IBGE e com os seus trabalhadores nos seguintes pontos.

1- Concurso público para reposição do quadro de funcionários

A instituição precisa de pessoal qualificado permanente para cumprir sua missão e sofreu, na última década, uma redução drástica no seu quadro. Em 2010, o IBGE contava com aproximadamente 7 mil servidores efetivos e, atualmente, possui cerca de 3.900 mil, destes servidores efetivos ativos, 30% podem se aposentar a qualquer momento. Existem mais de 7 mil cargos vagos no órgão.

Outro ponto se refere ao esvaziamento da rede de coleta. Atualmente, 80% das 570 agências do IBGE possuem até 3 servidores efetivos e, 20%, contam com apenas um servidor efetivo. Os trabalhadores temporários correspondem a aproximadamente 60% da força de trabalho da instituição. É inevitável que levantamentos esporádicos, como o Censo Demográfico, tenham apoio, em grande parte, do pessoal temporário, mas atualmente o IBGE depende completamente dos servidores temporários para a execução das mais básicas atividades regulares, como as pesquisas permanentes a respeito do mercado de trabalho, índice de preços e atividade econômica.

Além disso, o avanço do programa de trabalho do IBGE – e dos institutos de estatística pelo mundo está exigindo recursos humanos de alta qualificação que possam desenvolver projetos com uso intensivo de registros administrativos e big data, que tenham condições de realizar a gestão das relações institucionais com outros órgãos (há como exemplo o projeto dos indicadores de ODS) e informantes.

Assim, a realização de concurso para servidores de nível superior e intermediário é condição de sobrevivência do IBGE. Precisamos de trabalhadores para planejar e analisar os levantamentos do IBGE bem como aqueles que conduzirão os trabalhos de campo, realizando os treinamentos necessários, orientando o trabalho imediato da coleta e fazendo o primeiro nível de crítica de consistência de cada pesquisa em todas as agências do IBGE.

2- Orçamento adequado

O orçamento do IBGE tem sido progressivamente declinante em termos reais. O orçamento previsto na PLOA 2023 para o orçamento regular do IBGE (isto é, exclusivamente as verbas específicas do Censo Demográfico) é 28% inferior, em termos reais, à dotação prevista na LOA de 2014. O austericídio está prejudicando o funcionamento cotidiano da instituição e inviabilizando o planejamento. No ano corrente, o IBGE tem atrasado pagamento de contas de aluguel, água, luz e de funcionários terceirizados de limpeza.

Em anos recentes, os cortes orçamentários implicaram em adiamentos, suspensão e cancelamentos de uma série de pesquisas essenciais – caso do Censo Agropecuário e da Pesquisa de Orçamento Familiar (realizados com atraso), da Contagem Populacional de 2015 (cancelada) e de diversos outros levantamentos. O IBGE também depende atualmente de verbas externas, de outros órgãos de governo, para realização de levantamentos temáticos – essa forma de financiamento, de carácter volátil, é incompatível com a necessidade de estabilidade para estruturação de um sistema de informações. Ressaltando que a sociedade demanda cada vez mais produção de dados estatísticos e geográficos, implicando a necessidade de ampliação do plano de trabalho do IBGE.

3- Valorização profissional: Nova carreira – sindicato e direção do IBGE acordaram ainda em 2014 uma proposta de reestruturação da carreira. A segunda rodada da mesa de negociação está agendada para 28 de maio. No entanto, muitas categorias têm recebido contrapropostas bastante rebaixadas por parte do governo. Por este motivo, a categoria precisa estar mobilizada para garantir uma contraproposta digna, que permita a sobrevivência do IBGE. Dificilmente teremos uma nova oportunidade para negociar a carreira. A implementação da nova carreira permitirá a manutenção de quadros experientes e a seleção de profissionais qualificados nos próximos concursos. Somada a inflação projetada para os próximos anos e as perdas históricas desde 2010, os servidores do IBGE poderão acumular 34,32 % de defasagem salarial até 2026.

4- Reajuste para trabalhadores temporários: Atualmente, os Agentes de Pesquisa e Mapeamento (APMs) e os Agentes de Pesquisa por Telefone (APTs) recebem pouco mais do que 1 salário mínimo, R\$ 1.512,00. Essa base de trabalhadores e trabalhadoras representa quase 60% da força de trabalho do IBGE. O sindicato reivindica a equiparação salarial dessa parcela da categoria ao piso da carreira de técnico do IBGE, no valor de R\$ 2.676,24. Além da pauta salarial, os trabalhadores temporários apresentam restrições a direitos.

Alteração nos contratos dos Agentes de Pesquisa e Mapeamento (APMs) e Agentes de Pesquisa por Telefone – passando de renovação mensal para anual como forma de reduzir a precariedade dos contratos de trabalho que o IBGE põe em prática a Lei nº 8745/1993 (Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público).

5- Garantia de autonomia técnica para IBGE - garantindo a manutenção da qualidade da informação com devida conformidade com as normas, regras ou projetos, a verificação técnica da adequação dos meios aos fins propostos e de consistência das informações.

6- Fortalecimento do papel do IBGE como coordenador do sistema estatístico - por meio da implantação do Sistema Nacional de Informações Oficiais. Atualmente o IBGE é formalmente o coordenador do Sistema Estatístico Nacional (Decreto-Lei nº 161/1967 e Lei nº 6.183/1974), mas não há base legal e institucional para que essa função seja de fato exercida. Para concretizar esse papel é fundamental que haja um diálogo permanente entre o IBGE e os demais órgãos do estado produtores de informações estatísticas e geocientíficas.

7- Ampliação da base legal para acesso a registros administrativos - É fundamental que o órgão oficial de estatística – que garante o sigilo das informações, conforme previsto na Lei nº 5.534/1968 –, tenha acesso aos registros de órgãos públicos, proporcionando economia na coleta de informações e racionalização na solicitação de informações aos cidadãos pelo Estado, bem como conferiria mais qualidade às informações produzidas, tanto pelos registros administrativos, quanto pelo IBGE – permitindo melhor de pesquisas amostrais, verificação de cobertura, calibração de pesos amostrais, produção de estatísticas sem operações de coleta etc).

8- Criação de espaços de escuta ativa da sociedade (Fóruns, Grupos de Trabalho e Câmaras Técnicas) - sobre o escopo temático da produção estatística e geográfica e sobre as estratégias do órgão para fazer face a tais demandas.

9- Democratização do órgão - com a implantação de planejamento do programa de trabalho com os trabalhadores, bem como o preenchimento de cargos de direção por processo eleitoral, como ocorre hoje em órgão como a FIOCRUZ e nas universidades públicas.

A unidade entre ativos, aposentados, pensionistas e trabalhadores temporários será fundamental nas negociações para implementar a nova Carreira no IBGE e o reajuste dos temporários

